



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 072/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11276/2014.

Apensos: Processos nºs. 11346/2014, 10587/2013 e 10583/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: Exercício 2013.

5- Responsável: Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 85/2014 (fls. 1418/1459) e DICOP – Informação Conclusiva nº 503/2015 (fls. 2774/2858).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3239/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2859).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando **DESAPROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2013, Gestão do Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito e Ordenador de Despesa, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, “a” e “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, III, “a”, 1, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 072/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 072/2015)

1- Processo TCE nº 11276/2014.

Apensos: Processos nºs. 11346/2014, 10587/2013 e 10583/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.

4- Exercício: Exercício 2013.

5- Responsável: Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 85/2014 (fls. 1418/1459) e DICOP – Informação Conclusiva nº 503/2015 (fls. 2774/2858).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3239/2015-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2859).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
Exercício de 2013.

*Contas irregulares. Glosa. Multas. Prazo.
Recomendações à Origem. Determinação à
próxima Comissão de Inspeção da DICAMI.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – À unanimidade:

9.1.1- Julgar Irregulares as contas da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável à época o **Sr. Raimundo Robson de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/96, em razão da permanência das falhas neste Voto tratadas;

9.1.2- Glosar o montante de **R\$ 980.171,96** (novecentos e oitenta mil, cento e setenta e um reais e noventa e seis centavos), julgando em alcance o **Sr. Raimundo Robson de Sá**, para devolução dos seguintes valores, corrigidos monetariamente:

a) R\$ 301.640,67 (trezentos e um mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), por não constar dos autos comprovação da regular aplicação dos recursos públicos, dos serviços executados com seus quantitativos previstos, relatórios fotográficos atestando sua execução, laudos de medição e/ou qualquer documento comprobatório, referentes ao Contrato n.º 019/2013 (item 24.4.2 do relatório/voto);

ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 072/2015)

b) R\$ 147.455,40 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), por não constar dos autos nenhum documento técnico (Projetos Arquitetônicos e Complementares, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Planilhas de Medições, Relatórios Fotográfico, entre outros) que comprove a regular aplicação dos recursos públicos, ou seja, a comprovação dos serviços executados com seus quantitativos previstos, relatórios fotográficos atestando sua execução, laudos de medição e/ou qualquer outro documento comprobatório, referentes ao Contrato n.º 032/2013 (item 26.4.1 do relatório/voto);

c) R\$ 87.501,34 (oitenta e sete mil, quinhentos e um reais e trinta e quatro centavos), referentes a serviços do Contrato nº 034/2013 não identificados *in loco*, liquidados e pagos pela Administração, conforme tabela de fls. 2130 e 2806 (item 27.4.3 do relatório/voto);

d) R\$ 145.090,33 (cento e quarenta e cinco mil e noventa reais e trinta e três centavos), por não constar dos autos comprovação da regular aplicação dos recursos públicos, dos serviços executados com seus quantitativos previstos, relatórios fotográficos atestando sua execução, laudos de medição e/ou qualquer documento comprobatório, referentes ao Contrato n.º 040/2013 (item 28.4.1 do relatório/voto);

e) R\$ 141.017,79 (cento e quarenta e um mil e dezessete reais e setenta e nove centavos), por não constar dos autos comprovação da regular aplicação dos recursos públicos, dos serviços executados com seus quantitativos previstos, relatórios fotográficos atestando sua execução, laudos de medição e/ou qualquer documento comprobatório, referentes ao Contrato n.º 033/2013 (item 29.4.1 do relatório/voto);

f) R\$ 39.672,86 (trinta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos) referentes a serviços do Contrato n.º 020/2013 não identificados *in loco*, liquidados e pagos pela Administração, conforme tabela de fls. 2163 e 2829 (item 30.4.3 do relatório/voto):

g) R\$ 78.762,56 (setenta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) referentes a serviços do Contrato n.º 035/2013 não identificados *in loco*, liquidados e pagos pela Administração, conforme tabela de fls. 2183 e 2844/2845 (item 32.4.2 do relatório/voto):

h) R\$ 6.959,41 (seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos), em virtude de sobrepreço por orçamento estimado acima do que consta em Projeto Básico de Estrutura de Concreto do Contrato n.º 035/2013, conforme tabela de fls. 2181/2182 e 2843 (item 32.4.1 do relatório/voto);

i) R\$ 32.071,60 (trinta e dois mil e setenta e um reais e sessenta centavos) referentes a serviços do Contrato n.º 046/2013 não identificados *in loco*, liquidados e pagos pela Administração, conforme tabela de fls. 2194 e 2853 (item 33.4.2 do relatório/voto);

9.1.3- Multar o Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito Municipal de Novo Aripuanã e Ordenador de Despesas, exercício de 2013:

a) no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº.



ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 072/2015)

04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo bimestre (6º bimestre) em que foi entregue com atraso o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária**, conforme especificado no item 15, primeiro ponto, do relatório/voto;

b) no valor de **R\$ 17.536,50** (dezesete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/12, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 (terceiro ponto), 20, 21, 22, 23, 24.1, 24.2.1, 24.2.3, 24.2.4, 24.2.6, 24.3.1 a 24.3.4, 25 (todos os subitens), 26.1, 26.2, 26.3.1 a 26.3.3, 26.3.5, 26.3.6, 26.3.8, 27.1, 27.2.1, 27.2.3, 27.3.1 a 27.3.3, 27.3.8, 27.4.1, 27.4.2, 28.1, 28.2.1, 28.2.2, 28.2.4, 28.3.1, 28.3.2, 28.3.4 a 28.3.6, 29.1, 29.2.1, 29.2.2, 29.2.4, 29.3.1 a 29.3.4, 29.3.7, 29.3.8, 30.1, 30.2.1, 30.2.3, 30.3.1 a 30.3.3, 30.3.5, 30.4.1, 30.4.2, 31.1, 31.2.1, 31.2.2, 31.2.4, 31.3.1, 31.3.2, 31.3.5, 32.1, 32.2.1, 32.2.3, 32.3, 33.1, 33.2.1, 33.2.3, 33.2.4, 33.3.1, 33.3.2, 33.3.7, 33.3.8 e 33.4.1, do relatório/voto;

c) no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/12, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 24.4.2, 26.4.1, 27.4.3, 28.4.1, 29.4.1, 30.4.3, 32.4.1, 32.4.2 e 33.4.2, do relatório/voto;

9.1.4. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Raimundo Robson de Sá**, recolha o valor do débito que lhe foi aplicado aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

9.1.5. Recomendar à origem, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

a) atente aos prazos para encaminhamento dos balancetes mensais, via ACP, e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, via GEFIS (itens 1,2 e 15 do relatório/voto);

b) observe o prazo estabelecido no art. 51, parágrafo 1.º, inciso I, da Lei nº 101/2000 para apresentação das Contas Anuais ao Poder Executivo da União (item 3 do relatório/voto);

c) cumpra os ditames dos arts. 31 e 74, da CF/88 e no art. 76, da Lei nº 4.320/64, a fim de implementar um sistema de controle interno que efetivamente controle, gerencie, avalie e analise os objetivos, os recursos e as metas do Poder Público (item 4 do relatório/voto);

d) realize o controle patrimonial adequado, em conformidade com os art. 94 e 95, da Lei 4.320/64 (itens 10, 11 e 12 do relatório/voto);

e) tome medidas no sentido de conscientizar a população, de modo de que os tributos possam ser arrecadados de forma mais efetiva (item 14 do relatório/voto);

**ACÓRDÃO Nº 072/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 072/2015)**

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral